

# Brasil paga US\$ 9,5 bilhões de juros este ano

Governo convocará os demais países devedores para unirem-se pela redução do peso das taxas

GIVALDO BARBOSA



Mailson expôs com detalhes aos integrantes do Conselho de Segurança Nacional as negociações que culminaram no acordo da dívida externa

CESAR FONSECA  
Da Editoria de Economia

O Governo negociará politicamente com os credores internacionais a redução do estoque da dívida externa para pagar menos juros, cujo total este ano será de US\$ 9,5 bilhões contra US\$ 4,5 bilhões relativos ao ano passado. O anúncio foi feito pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, após a reunião de ontem do Conselho de Segurança Nacional que ratificou o fim da moratória declarada em 20 de fevereiro de 1987.

Não é intenção do Governo partir mais para a confrontação, mas sim seguir o caminho da negociação e da cooperação, destacou Mailson, lembrando que o Governo brasileiro estimulará discussão entre chefes de Estados dos países devedores para alcançar tal objetivo, que classificou de quarta etapa de negociação da dívida. Os credores, lembrou, precisam, agora, dar a sua parte de contribuição para ajudar os países endividados a superar o ônus provocado pelos ajustamentos econômicos colocados em prática nos últimos anos.

Para reduzir o estoque da dívida externa, vários mecanismos estão sendo considerados e já postos em prática, como a conversão da dívida em capital, no País, e o lançamento de bônus de saída, os exit bonds, através dos quais os credores brasileiros trocam suas dívidas por papéis com aval do Tesouro cujo prazo de resgate é de 25 anos com juros de 6 por cento ao ano.

## TÍTULOS

Paralelamente à redução do estoque da dívida, Mailson disse que o Governo tentará normalizar o fluxo de recursos externos para o País, e uma das alternativas para alcançar esse objetivo será a de lançar títulos do Tesouro Nacional no mercado financeiro internacional. Seria repetir o mesmo que ele fez para obter recursos destinados à rolagem da sua dívida pública interna, lançando títulos no mercado. Certamente, tal estratégia não contribuiria para reduzir o estoque da dívida, porque, com o tempo, ela aumentaria, mas ajudaria o País a obter recursos externos para promover o crescimento interno. Seria outra forma de promover o endividamento.

O lançamento de títulos, bônus, na denominação do ministro, funcionaria da seguinte ma-

neira: uma empresa estatal, Petrobrás, por exemplo, lança no mercado, com aval do Governo Federal, títulos no mercado para, supõe-se, um credor japonês. Este poderá negociar esse título no mercado internacional, capitalizando-se ou resgatá-lo, findo o prazo de vencimento.

As chances de o Governo obter novos empréstimos dos bancos particulares, simplesmente, inexistem, admitiu o ministro. Os bancos não mais repetirão o que fizeram na década de 70, quando emprestaram sem limites os petrodólares aos países do Terceiro Mundo. A forma de levantar novos recursos será outra, de agora em diante. Mailson admitiu que haverá aumento do endividamento, mesmo porque o País continuará se endividando, o que não é ruim.

A negociação com os bancos iniciou-se em 11 de fevereiro de 88 e encerrou em 22 de junho. Por ela o País obteve um prazo de 20 anos para pagamento do principal, carência de 8 anos, spread de 3/16 sobre a taxa de juros da libor, garantia de uma linha de financiamento de curto prazo de dois anos e meio para financiar as exportações e da colocação de exit bonds de US\$ 1 bilhão, com prazo de 25 anos de resgate e 6% de juros ao ano.

No contexto do acordo, o Governo conseguiu obter do Banco Mundial garantia de cofinanciamento, ao mesmo tempo que introduziu o mecanismo da conversão da dívida em capital, no País. O acordo envolve empréstimos de US\$ 5,2 bilhões, dos quais US\$ 4 bilhões, garantiu, serão liberados em outubro, enquanto o restante será desembolsado em duas parcelas de US\$ 600 milhões, uma em novembro e outra no primeiro semestre de 1989. Com os US\$ 4 bilhões que receberá em outubro, o Governo colocará em dia os juros devidos no ano passado, de US\$ 3 bilhões, e os US\$ 1 bilhão restantes serão incorporados às reservas cambiais.

A negociação com o Fundo Monetário Internacional envolverá um empréstimo stand by de US\$ 1,5 bilhão de dólares e o acordo de ajustamento interno que o Governo comprometeu-se a cumprir — de apresentar, este ano, um déficit de 4% do PIB, e no próximo de 2% — terá a duração de 18 meses, vencendo em 31.12.89. Mailson destacou que uma das vantagens do acordo é o fato de que inexistente vinculação entre o cumprimento do acordo com o FMI e a liberação de recursos por parte dos bancos.